



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
26 DE ABRIL DE 2018**

GUARUJÁ

Presidente do COMDEMA

Sidnei Aranha

Vice-presidente do COMDEMA

João Leonardo Mele

Secretário Executivo do COMDEMA

Antonio Lopes da Silva

DATA: 26 de Abril de 2018.

LOCAL: Câmara Municipal de Guarujá

PAUTAS: 1 – Informes sobre Acidente ocorrido nos dias 28 e 31/12/2017 na E.P.C. (Estação de Pré Condicionamento) da Sabesp, localizada no Bairro Vila Zilda;

2 – Informe sobre os TACs do Iporanga e Taguaiba;

3 – Criação de grupo de trabalho com a finalidade de avaliar a normatização e parametrização de sanções ambientais, usando como referência os critérios e procedimentos da SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado);

4 – Apresentação pela Aprocanto de diagnóstico Socioambiental da Praia Pitangueiras 2017/2018;

INÍCIO: 18h30min.

TÉRMINO: 21h30min



Prefeitura Municipal de Guarujá
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Boa noite a todos, agradeço as presenças, nós tivemos um período sem reunião do COMDEMA por conta de algumas questões legislativas, vamos dizer assim, e depois as coisas voltaram ao normal. Eu tinha conversado com o professor Mele e com o pessoal da Associação Comercial que também estava pedindo reunião, então precisávamos fazer. Íamos marcar para o dia 28 do mês passado, mas tivemos o Ambiente Móvel da Secretaria Estadual aqui na cidade e assim decidimos fazer para o dia vinte e seis.

A pauta de hoje, é uma pauta em princípio muito simples, mas irei ler rapidamente para vocês. O item 1 da pauta “informe sobre os acidentes ocorridos entre os dias 12 e 31/12 da EPC, estação de pré condicionamento da SABESP localizada no bairro Vila Zilda”. O 2 é o informe sobre os TACs, tanto do Iporanga como do Taguaíba. O 3 é a “criação do grupo de trabalho com a finalidade a avaliar a normatização e parametrização de sanções ambientais usando como referencias os critérios e procedimentos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente”. O João Tiago fará uma apresentação para nós sobre isso, e nós criaremos um grupo de trabalho para que possamos curar e discutir mais sobre isso. E o item 4 é a apresentação a pedido da Aprocanto, do diagnostico social ambiental da praia de pitangueiras, que será o Wanderley Feliciano que fará a apresentação.

Vou pedir para começarmos pelos informes, porque acho que teve uma pequena confusão nas redes sociais hoje, muitas pessoas me ligaram, e acho que a gente já começa adequando isso. Um pessoal me procurou e pediu uma discussão no COMDEMA, sobre aquela questão da cava subaquática, e eu disse que evidentemente não tem problema nenhum, faremos essa discussão, só que não faremos hoje, colocaremos em pauta para a próxima reunião do COMDEMA, onde, inclusive, o professor Élio Lopes se colocou a disposição, que foi secretário aqui conosco, e tem feito um trabalho brilhante em Santos, nessa questão da luta da cava, então o Élio se comprometeu para na próxima reunião, junto com outro professor, acho que o nome é Fernando, salvo melhor juízo, ele esteve na Secretaria, eles virão apresentação o posicionamento deles sobre a questão da cava. Podemos convidar, e não convocar, alguém da CETESB que queria participar. Eu vi essa discussão no CONSEMA (Conselho Estadual De Meio Ambiente) em São Paulo, eu estive em uma reunião do CONSEMA onde levantaram esse assunto. E só para lembrar, isso já foi devidamente licenciado e aprovado CONSEMA. Então deixaremos isso para a próxima reunião, com uma pauta especifica., e assim o pessoal faz essa discussão da cava, tudo bem?! O professor Mele quer fazer dois informes.

Professor Mele – Vice-Presidente do COMDEMA

Bem, de uma maneira muito rápida. Nós tivemos na segunda-feira a apresentação do Plano Diretor de Turismo do Guarujá. A equipe que trabalhou no plano nos procurou no Instituto porque eles não estavam contemplando o Turismo Ecológico da cidade. Então, foi feito a explicação da Serra do Guararu, da Apa, e da Apa que está sendo trabalhada, sendo criada, para que possa compor o corredor ecológico do Guarujá. Houve essa audiência

publica, no dia seguinte isso foi aprovado na Câmara, por ter um prazo fatal, que é o dia 29 de abril, para que depois o turismo possa acessar os recursos da cidade. Porém o que ficou demonstrado é que a empresa estudou a questão, mas nós não sabemos o que eles estudaram no ponto de vista do interesse ambiental ecológico. Eles correram muito, fizeram o que era possível no prazo, mas no final da contas a audiência foi feita sem que chegasse ao público qual era a proposta do Plano. Foi feita uma apresentação, mas nós não conseguimos saber o que tem no conteúdo. E segundo o que eles informaram, foi feita a apresentação mas os trabalhos ainda serão aperfeiçoados, porque se cumpriu a audiência pública para ter o prazo legal para não perder recursos. Então nós pedimos para colocar em pauta, porque entendemos que é de uma grande importância que a Secretaria do Turismo junto com essa empresa na próxima sessão do COMDEMA utilizassem de vinte ou trinta minutos para fazer essas colocações, ouvir o que o conselho tem para sugerir dentro desse plano, e se for o caso, alguém dentro do conselho fazer um acompanhamento para colocar elementos dentro desse processo que seja de interesse ambiental, social e econômico, porque tem uma fala muito forte nesse processo que é a fala de atender as comunidades do Guarujá, e nós temos comunidades dentro de unidades de conservação que não conhecemos até onde eles podem ser envolvidos e acho que seria importante para o COMDEMA ouvir e deliberar sobre isso, e recomendar sobre isso, porque há um interesse ambiental direto nesse processo. A primeira intervenção seria essa propositura para que fosse apresentado no COMDEMA, e se interessasse, deliberar de trazer a Secretaria de Turismo e a empresa que está realizando isso, para se ater regularmente dentro dos aspectos ambientais. Os aspectos de praia, talvez haja o interesse do pessoal das pitangueiras que fez lá suas intervenções, mas a rigor, concentrar nos aspectos ambientais porque é onde o COMDEMA pode navegar nesse processo.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Todos de acordo, faremos duas pautas na próxima reunião, uma sobre a cava e outra sobre a deliberação, pois acho também que é oportuna, e acabou que nem eu mesmo me apropriei sobre o assunto, conversamos muito rápido, mas acho muito pertinente. Então tá aprovada essa segunda pauta para a próxima reunião.

Professor Mele – Vice-Presidente do COMDEMA

O outro assunto que nós estamos tratando dentro da SEMAM, junto com o secretário e o gestor da APA, é o processo de construção da nova APA, a APA de Santo Amaro que vai ter uma conexão com a APA da Serra do Guararu e vai criar o corredor ecológico. Esse processo está muito adiantado, o Ministério Público está acompanhando esses processos, nós já temos os orçamentos das empresas que podem realizar esses estudos, só que nós temos caminhos a seguir para chegar nesses valores para fazer esses estudos, e poder levar junto com os estudos para uma audiência pública. As opções que nós temos são que esses recursos venham de um TAC direto do Ministério Público, então o dinheiro nem passa pelo corte público, ele é contratado num TAC, e existe a possibilidade de uma compensação ambiental da SAIPEM, que já depositou o dinheiro de compensação e que gostaria que esse dinheiro fosse direcionado para projetos na cidade. Ela conheceu o projeto da Apa da Serra do Santo Amaro e teve interesse que o dinheiro que ela depositou servisse para a praticidade, e finalmente o acesso ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, esse é dependente da manifestação desse conselho. Como dentro dos próximos dias devemos levar isso ao Ministério Público, se não tivermos outras opções além dessas anteriormente colocada, teria que ser trazido ao conselho a possibilidade de usar os recursos do FMMA. E acho que também seria interessante para levar pro Ministério Público que nós temos um “aceno” desse conselho, que se não se conseguir recursos em outras áreas, que o conselho

acena favoravelmente a se usar os recursos do fundo, porque os recursos do fundo são recursos públicos, eles tem um rito diferente da licitação e etc, mas é um rito que se cumpre em toda atividade publica desse país. Então havendo essa possibilidade, seria interessante que o Ministério Público conhecesse que o conselho se manifesta favorável ou desfavorável a que esses recursos sejam utilizados com essa ritualística de utilização de dinheiro publico para que esse plano possa ser licitado nesse ano. Nessa possibilidade, contratado, e a gente possa, dentro de seis a oito meses ter os estudos disponíveis para poder fazer essa unidade de conservação se efetivar. Então a outra colocação é essa, para que os conselheiros se manifestem, para que esse assunto seja uma das opções. Porque o Ministério Público teria com a criação de uma APA municipal? O Ministério Público tem um inquérito civil aberto há muitos anos sobre o tombamento da Serra do Santo Amaro e hoje uma das opções para ele dar resolução para esse inquérito seria a transformação dessa área em uma APA, e assim ele poderia informar que naquele processo de tombamento que vai e volta que já existe uma proteção legal sobre a área e que não precisa desse processo de tombamento. Então eles nos auxiliam, porque soluciona o problema que eles tem, e o acompanhamento do Ministério Público para criação de uma APA, que inclusive foi a motivadora da consulta, que formalmente diz que concorda com o processo de conservação e fortalece o sistema como um todo, e esse pode ser um ganho para ambos os lados.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Então está em votação pessoal. Vocês entenderam? O que estamos fazendo é uma consulta previa, todos sabem que estamos em processo da criação da segunda APA, do corredor ecológico, e que a gente possa levar ao Ministério Público que em último caso, a gente possa utilizar os recursos do Fundo Municipal para que possa fazer frente para esse estudo, evidente que será licitado, todos terão direito de participar, todos os rigores da lei, e etc. O que nós fizemos foi, em termo de referência, que nós consultamos algumas empresas, para entender o tamanho, mais ou menos, daquilo que pretendemos fazer e se tá dentro daquilo que o fundo pode suportar. Então, alguém tem alguma pergunta?

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Eu acho que qualquer coisa que foi dita em relação ao Fundo tem que ser melhor explicado pra gente, em relação a valores. O que eu acho que o que não falta aqui no Guarujá são projetos para utilização do Fundo que envolvem educação ambiental. O que é muito importante é sabermos quanto tem de dinheiro, e quanto sobra para os outros projetos. A princípio esse dinheiro seria bem aplicado para esse projeto da nova APA, mas temos que avaliar todas as necessidades como um todo. É meu único porém. Deveria ter uma apresentação, uma chamada de projetos.

Professor Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Deixa eu dar uma explicada. Isso aqui é uma consulta previa, nós não estamos ainda submetendo ao COMDEMA o uso do recurso, estamos submetendo ao COMDEMA a possibilidade do uso do dinheiro vindo dessa (inaudível). Nós já temos os orçamentos, dos estudos completos de cinco empresas, que gira em torno de 150 a 300 mil reais. É um estudo que vai demandar, aproximadamente de seis a oito meses, e o termo de referencia já foi feito para que tenha consistência na proposta. Pode ser que o Ministério Publico fale: “olha eu tenho um TAC aqui”, pode ser que a prefeitura fale: “tenho uma compensação de um estudo de impacto de vizinhança” e nós não recorremos ao Fundo. O que a gente gostaria de ouvir é que se esses outros caminhos não acontecerem, nós temos que levar ao Ministério Publico outras possibilidades. Nós sabemos que o Fundo tem um dinheiro,

até expressivo, grande parte dele carimbado. Mas a ideia seria, primeiro, ter uma manifestação do conselho, porque se as demais possibilidades não se realizarem, aí tem que vir para o conselho uma proposta formal, traremos o termo de referência, a proposta da empresa, pois os valores podem mudar dentro da licitação, mas sabemos que é trezentos, então em termo de uma licitação poder vir para duzentos e vinte, duzentos e cinquenta, mas é mais ou menos isso o montante que será necessário.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Nós temos dinheiro suficiente para fazer frente a isso. Nós temos 26 (vinte e seis) milhões do TAC do Iporanga, e temos quase 500 ou 600 (quinhentos ou seiscentos) mil de multas e valores oriundos que não foram usados e estão sendo depositados, e a gente ainda não utilizou, então tem dinheiro para fazer frente, por isso que utilizamos dessa consulta prévia, para entender mais ou menos quanto era o valor, porque aí de repente o estudo era 10 (dez) milhões, então não daria pra gente. Então dentro disso da pra fazer. Evidente que, se caminhar pra isso, eu e o Mele estamos trabalhando para tentar não usar o dinheiro do Fundo, mas em última análise, se todas essas alternativas não falharem vem formalmente para o COMDEMA o pedido para inciar a licitação, que vai passar pelo grupo gestor, que já está formado. Então, hoje, o que deliberemos é o seguinte: em última análise, podemos utilizar o dinheiro do Fundo? Vocês entendem que é pertinente a utilização do dinheiro do Fundo, para fazer frente aos estudos da segunda APA?

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Ou se pelo menos é pertinente trazer o assunto para se discutir no COMDEMA.

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Isso eu não tenho duvida. Até porque um dos objetivos do Fundo é suportar esse tipo de trabalho. A princípio esse assunto está sendo trazido para o COMDEA por um cuidado do Mele, porque o que é interessante é “vamos precisar” e trazer a causa real, entendeu? Porque assim “será que eu posso usar?”, a essência do Fundo é esse tipo de trabalho.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Então ok? Pessoal concorda que podemos levar a notícia ao Ministério Público que o COMDEMA esta preparado para no momento oportuno poder deliberar sobre isso quando for pertinente.

Fernando Lins – Representante da Educasurf

Eu concordo com o Mele, é importantíssimo, mas tenho a mesma duvida quanto ao valor. Porque quantos problemas tem de importantes no Guarujá? E se o Fundo aguenta tudo isso. Há outros problemas que não tem alternativa de patrocínio versus outros projetos que tenham alternativa de patrocínio. Agora em relação a possibilidade, não há duvida.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

A gente sabe que – falaremos mais adiante – 90% (noventa por cento) desse dinheiro, já está previamente destinado a questões que só poderemos deliberar entre nós, mas que sabemos que é para o centro de gerenciamento de resíduos sólidos. Então essa consulta

foi aprovada. Ok professor Mele? Tudo bem?

Bom, último item dos informes, a Cláudia Soukup sabe disso, que pra atender o pedido de substituição de árvores, desse losangolo aqui do centro e precisamos de autorização do COMDEMA. O edifício Costa de Espanha, aquele edifício que fica em frente a faculdade Don Domênico apresentou um pedido para fazer a substituição de três árvores, que inclusive eles mostram (no relatório) que são aquelas árvores que as raízes entram para dentro do encanamento, enfim. Então temos que levar para crivo de vocês, que eles pedem a substituição de três árvores, que eles retirarão e nós daremos três mudas de árvores. A Nanci e acho que a Cláudia já sabem disso, e a recomendação é que se faça em junho, porque o tempo está mais ameno, tem toda uma burocracia e que questões técnicas que estão sendo observadas. Gostaria de colocar pro COMDEMA a deliberação se aprovamos a substituição das árvores frente ao prédio Costa de Espanha, que fica em frente a faculdade. De acordo com nossa legislação nós temos que ouvir o COMDEMA. Ok? Aprovado? Favorável a substituição e remoção.

Claudia Soukup – Representante da AEAG

Primeira vez que temos um assunto desse numa reunião de COMDEMA, que seja a primeira de muitas.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Temos que cumprir a lei.

Wanderley Feliciano – Representante da Aproconto

Eu tenho apartamento no prédio e recomendei que viesse.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Eu morava lá, você sabia? Eu morava no Costa de Espanha. No losango do centro tem que ter a autorização do COMDEMA.

Wanderley Feliciano – Representante da Aproconto

Só nativas, exóticas não.

Claudia Soukup – Representante da AEAG

Não, não, qualquer uma no passeio público dentro do losangolo do centro. Está marcado na Lei. Vai até Cubatão, e da essa volta.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Queremos montar um grupo para dar uma olhada, uma melhorada nas leis, não afrouxar mas atualizar as leis, para que possamos ter mais dinâmica nessa questão. Está encerrado os informes, alguma colocação?

Eu só vou lembrar que com muita felicidade estamos implantando duas eco escolas aqui no Guarujá, que é um projeto do Bandeira Azul, que ficou tanto tempo para sair do papel, e conseguimos agora, junto com a Secretaria de Educação, iniciar um projeto-piloto

de duas Eco Escolas, então ficamos muito felizes em relação a isso, e pretendemos que outras escolas venham também.

Outra coisa, no dia 14 e 18 (quatorze e dezoito) teremos o workshop da Bandeira Azul no Guarujá, então todo o pessoal de bandeira azul do Brasil estará aqui na cidade, e vocês estão convidados a participar desse evento.

Bom, primeiro item da pauta: informe sobre acidente ocorrido nos dias 21 e 31/12 (vinte um e trinta e um do doze) na EPC, na estação de pré-condicionamento da Vila Zilda da Sabesp, eu vou passar bem rapidamente isso.

Ontem eu tive uma reunião com o Osmair, e só quero atualizar vocês como está essa questão da Sabesp porque se fala muita coisa, e é desinformação.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Eu vou passar um video, para vocês entenderem melhor a situação.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Isso aconteceu no dia 31 (trinta e um).

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Estourou a adutora de esgoto. Nossa viatura.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Isso é efluente. A cidade estava lotada.

Vou contar a história para vocês. Na verdade, em setembro tinha ocorrido. Nós temos a EPC para o emissário, existe essa tubulação que leva da EPC para o emissário, quem é engenheiro aqui sabe melhor do que eu, que eles não trabalham com o tubo cheio, eles trabalham com uma parte do tubo acima com gases. Uma obra, que era para durar vinte anos, que foi essa estação, essa tubulação que eles colocaram. A Sabesp admite que não sabe como ou porquê do material utilizado não foi o material previsto nos termos de referencia e etc, não teve investimento, alguma coisa saiu da diretoria, alguma coisa, era um tubo x, e usaram outro tubo mais barato por alguma questão, e o que aconteceu foi que toda a parte superior do tubo foi corroída por esse gás que fica dentro do tubo. O mais grave de tudo isso, é que eles sabiam disso desde setembro. Em setembro houve um rompimento desse tubulação perto da escola de samba São Miguel, eles concertaram e não nos informaram, porque tava toda aquela briga. No dia 28 (vinte e oito), existe outro rompimento, que também não nos informaram e nós não soubemos, no mesmo lugar. E no dia 31 (trinta e um), teve todo aquele rompimento que foi gigante e não teve como eles esconderem e nós descobrimos. Fomos lá, analisamos, chamamos a Cetesb. Isso foi um problema gigante, porque não foi só o rompimento do sistema, eles tiveram que reduzir o bombeamento de esgoto, com a cidade lotada, eles trabalham com estações elevatórias, as estações encheram, transbordaram, por isso que na rua do Fórum, durante toda a temporada vazou esgotamento sanitário, porque ali é o PV, que eles chamam, ponto de passagem mais baixo, porque eles não podiam mandar o sistema trabalhando numa potência, porque se não os canos iam todos estourar.

Wanderley Feliciano – Representante da Aproconto

Ali naqueles prédios tem três processantes da Cetesb, naquela rua do Fórum, por causa do esgoto.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Então é assim, durante a temporada, nós vivemos um momento de colapso do esgoto no Guarujá. Não divulgamos isso, evidente que tratamos com a devida responsabilidade. Depois eles foram encapsulando os canos.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Isso é o reparo que eles estão fazendo. (sobre video)

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

É reparo que eles estão fazendo, isso é um tubo de esgoto que sai da EPC para o emissário. Concluíram isso recentemente.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

De 0 a 360° (zero a trezentos e sessenta graus), eles encapsularam todo o tubo.

Marcus Cavini – Bioquímico SEMAM

Não é protegido também.

Sônia – Publico

Teve algum ensaio, para saber se realmente agora...

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Está funcionando.

Wanderley Feliciano – Representante da Aproconto

Meu último trabalho foi em (inaudível). Mas essa proteção de plástico, o que tem se cobrar é proteção catódica. Porque o que aconteceu, é bem simples de entender, você tem uma terra, que possui suas características, nós temos um solo que para proteção catódica é ruim, cheio de gases, H₂S, que vão correndo.

Marcus Cavini – Bioquímico SEMAM

A corrosão não foi de dentro pra fora? A corrosão foi de ácido hídrico, que é jogado dentro do esgotamento. Ela fez um bolsão de cloro, comeu a parte de cima do tubo, porque esse tubo não foi revestido da maneira que foi licitado.

Wanderley Feliciano – Representante da Aproconto

Mas tem proteção catódica?

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

A conclusão. O que acontece, a Cetesb multou a Sabesp, mas o que é mais assustador de tudo isso.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Essa é a multa da Cetesb. 600 000 (Seiscentos) mil reais.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Ontem eu tava falando com o Osmair. Estamos fazendo uma reunião meio que de emergência para tentarmos achar uma solução. Nós tivemos todo esse problema e a Cetesb vai e pega a nota deles. Porque o que a Sabesp fala na época? Ela que não tem dano ambiental nenhum, porque o esgoto que estourou, o cano saiu depois da estação, então era esgoto tratado. Se era esgoto tratado não traz nenhum problema a saúde. A Cetesb diz “causar punição por vazamento de esgoto sanitário bruto, apenas peneirado, sem a devida desarenação e desinfecção. Quando dos rompimentos da tubulação dos efluentes da EPC da Vila Zilda, em 28 e 31 (vinte e oito e trinta e um), com lançamento desse esgoto bruto, diretamente em vias de calçadas.” Significa dizer que a Cetesb, definitivamente, depois de muita discussão, reconhece que os tratamentos de esgoto no Guarujá, seja nessa estação, seja na estação de Vicente de Carvalho, não atendem aos padrões, e o esgoto jogado no emissário é um esgoto que não deveria ser jogado.

Então como estamos?! O PMI, está paralisado, que é o Procedimento de Manifestação de Interesse, porque a Sabesp não nos entrega documentos e nem nos autoriza a continuar as inspeções e fiscalização nas estações. Nós entramos com uma ação, pedimos uma liminar, o juiz deu uma liminar, fizemos as primeiras fiscalizações e agora pedimos uma extensão da liminar, porque agora precisamos visualizar e entender o que está acontecendo nas estações elevatórias. O GAEMA também entrou, está atuando, eles fizeram a Cetesb aplicar uma AIPA, que é uma autuação de advertência, a Sabesp ficou de ir assinar, no dia não compareceu, então agora estamos esperando para ver o que o GAEMA fará, e esperando a decisão do Juiz. A situação é essa e nós continuamos ainda sem uma posição conciliatória, ou pelo menos de transparência por parte da Sabesp, essa é a informação.

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Eu acho que tem que adotar a proteção catódica, e a outra questão é, que o Marcus bem colocou, que a gente tem que entender em nossa defesa que eles sempre falam que essa é uma estação primária, então eles não vão chegar até o padrão de lançamento do Artigo 19, que é o que eles deveriam seguir. Não sei bem qual é a Legislação. Porque como eles estão fazendo esse esgoto para lançamento em mar, eles consideram que o tratamento primário não é satisfatório devido a altos fatores de diluição, só que a Cetesb não aceita que se dilua esgoto, cria uma situação esquisita. Mas é sim esgoto bruto, não tem outra razão, não tem dúvidas, porque é uma estação primária. Agora é complicado falarmos que é uma falha operacional, não é uma falha, foi um grande acordo que eles fizeram: “faremos uma estação primária, jogamos lá fora, e jogando lá fora você cria o problema de diluição”. Só para vocês verem, o que joga são os difusores, e já faz um bom tempo atrás, que esses difusores romperam no mar, então em vez de sair o esgoto naquele lugar, o esgoto saía em outro ponto, o engraçado, é que nem as capivaras do Tiete, e lota de peixe. Peixe adora, porque cria um meio de alimento x, mas polui as praias. Os problemas da Sabesp e de nossas praias estão correlacionados de uma forma bem interessante.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Pessoal o informe, assim que for andando a questão, nós iremos passando para vocês. No item dois, informe sobre os TACS do Iporanga..

Maria Karla – Representante da Aprocanto

Só um minutinho. Você colocou que quando aconteceu o primeiro vazamento, eles descobriram que estava danificado e mesmo assim não tomaram nenhuma providencia?

Marcus Cavini – Bioquímico SEMAM

Eles consertaram um pedaço do tubo. Tem um pouco de terrorismo nisso, que a gente não pode nem entrar nesse assunto aqui porque, aqueles tubos passam por debaixo do túnel, então para mexer ali, tem que parar com o túnel, vai ter que parar por muito tempo para poder trocar aquela tubulação.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

A tubulação embaixo do túnel a gente ainda não tem certeza como eles estão.

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Desculpa, mas não precisa, eles podem até alegar que existe uma técnica que se chama furo direcional. E ali deve ser um furo direcional. Então se um furo direcional custa milhões o problema é deles, não nosso. A técnica para fazer o reparo sem haver a necessidade de interromper o túnel, ela é conhecida. Então mais uma vez, não procede de ter que parar o túnel, fazer um furo direcional do outro lado, e resolve o problema.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Bom, tudo bem?! Informada? Item dois TACS Iporanga e Taguaiba.

O Iporanga nós estamos com prazo, o TAC já foi assinado, foi devidamente homologado pelo Conselho Superior, e o dinheiro foi depositado no Fundo Municipal, seis milhões aproximadamente, esse dinheiro, como é conhecimento de todo mundo ele deve ser utilizado prioritariamente para a construção do centro de gerenciamento de resíduos sólidos, que fica ao lado do Morrinhos. Como está funcionando isso, nós recebemos dois caminhões, que também devem ser destinadas as cooperativas, deve sair hoje ou amanhã, os decretos fornecendo em comodato para as cooperativas, e nós estamos terminando o termo de referencia para licitação do projeto básico que deve sair também em breve. Fizemos um levantamento, plano altimétrico no local, já temos uma noção do que temos que fazer com terraplanagem, então isso está andando, não na velocidade que queríamos, porque desejávamos que estivesse muito mais rápido isso, mas está andando, ok?

TAC Taguaiba, assinamos, o valor é aproximadamente sete milhões. Diferente do Iporanga, não tinham o dinheiro em caixa, então o que TAC prevê, que a partir da homologação pelo conselho superior do Ministério Publico eles tem seis meses para arrecadar o dinheiro dos condôminos e depositar no Fundo Municipal, o dinheiro prioritariamente também será utilizado na execução do Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Evidente que tem educação ambiental passando por ai, o CEPEMA, já deu uma proposta para gente. Não trouxemos essa proposta ainda, porque precisamos saber se podemos contratar o CEPEMA ou não. A Universidade Federal também apresentou uma proposta de educação ambiental, estamos celebrando um convênio com a Universidade Federal, e depois que tudo isso for celebrado, traremos aqui para fazermos uma avaliação se seguiremos com as propostas ou não.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

A Universidade Federal do campus Santos. E temos uma conversa com a Escola Politécnica. Recebemos cartas mês a mês informando como está como não está. O Iporanga fez também, uma cartilha do TAC, está todo mundo acompanhando isso. Então esse é o item dois, informes.

Agora é o item três, criação de um grupo de trabalho com a finalidade de avaliar a normatização e parametrização ambientais, usando como critérios e procedimentos da secretaria estadual, apresentação do João Thiago. A gente precisa disso, que uma coisa que ninguém perguntou, e agora vamos explicar. Porque que nós não multamos a Sabesp no dia 31 (trinta um), se vimos tudo isso, porque só tem a multa da Cetesp? Porque a forma que o código de posturas do Guarujá, que é de 98 (noventa e oito), preconiza, ele leva para uma situação surreal, porque se multássemos a Sabesp a multa seria de 32 000 000 (trinta e dois milhões), porque já multamos, e assim ela vai dobrando. Por mais que eu queria aplicar uma multa na Sabesp, darmos uma multa de 32 000 000 (trinta e dois milhões) é impagável, é irracional, é para não pagar mesmo. E o problema é seguinte, se continuamos multando nessa toada, e eles vão pra justiça e ganham, nós temos 10% (dez por cento) de honorários sobre isso, o que já nos causa um peso. Então o que gente tinha conversado sobre isso, vamos mudar essa forma de multar, de mensurar isso, para que seja mais razoável, para que possa ter o peso da sanção, mas que também tenha uma forma mais racional de utilizarmos isso. Então o João fará a apresentação agora.

João Thiago Mele – Representante da SMA

Boa noite a todos, eu agradeço esse convite e parabenizo essa iniciativa, porque nenhum município do Estado de São Paulo, ou que tenhamos conhecimento, do Brasil, está buscando a implantação desse sistema como o Guarujá está fazendo de maneira pioneira. E isso é um divisor de águas, que na verdade nós nos inspiramos nesse programa de conciliação ambiental no Estado do Paraná, que por volta de 2008/2009, implantou um sistema semelhante, só que os dirigentes da secretaria estadual acabaram todos presos, porque eles deixaram em aberto determinadas coisas, que a gente deslumbrou, e delimitamos de um modo muito preciso para que não houvesse dúvida ao cidadão e também ao Poder Público e ao Agente de Fiscalização. Então vou procurar ser sucinto, apresentar como se deu a instituição desse programa em âmbito estadual, e acho que existe plena condição de isso ser implantado aqui no município. Mas vou ressaltar as dificuldades que a gente enfrentou, que a secretaria também vai passar, mas acreditamos que com esforço isso vai ser plenamente superado.

No organograma da secretaria nós temos a Polícia Militar ambiental que é vinculada com a Secretaria de Segurança Pública, mas através de um Termo de Cooperação, desde 2014, um Decreto Estadual, há uma junção de esforços, e a Polícia Ambiental entra com homem, armamento, salário, e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, banca veículo, aluguel do imóvel, fardamento, diárias, todo o funcionamento da Polícia. E dentro das diversas coordenadorias, em 2012, foi criada a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, com seus departamentos, centros técnicos, que juntamente com a Polícia Ambiental faz essa gestão do programa.

Então no âmbito municipal, por exemplo, talvez, uma associação com a Guarda Ambiental, Guarda-civil, e os próprios Técnicos da SEMAM, seja uma forma interessante de fazer esse projeto.

Essa é nossa divisão territorial, em dez centros técnicos, e antes não existia essa figura de uma audiência de conciliação ambiental, na verdade o cidadão era autuado em qualquer ponto, e ele automaticamente entrava com a defesa administrativa, não havia um diálogo, e também uma facilidade logística no território para que esse problema ambiental dele pudesse ser resolvido.

Nada impede também nesse programa de terem pontos de atendimento espalhados pelo município. Essa estrutura de fiscalização do Estado, que tem a Cetesb, que tem a Fundação Florestal, que cuida das unidades de conservação, mas basicamente o programa está concentrado no policiamento ambiental e na coordenadoria de fiscalização.

A Cetesb, por mais que a gente levasse isso para eles, até hoje eles não abraçaram essa ideia, olham com bons olhos, mas efetivamente não implantaram. Uma instituição um pouco mais fechada, mas difícil de lidar com esse assunto.

Nós tínhamos, até abril de 2014, uma situação caótica, normas e resoluções pulverizadas, que causam dúvidas no autuado. Nós tínhamos uma resolução do ano de 2010 que não estava em consonância com o Decreto Federal 6514, que trata das infrações administrativas ambientais para todo Brasil, e muitos municípios aplicam, mas o que a gente tinha no Estado, já não estava adequado a essa norma que era até preexistente a ela.

Dificuldade, nós não tínhamos um sistema de informação único, o cidadão era autuado hoje e até essa informação da autuação chegar na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, demorava em torno de dois a três meses, já chegava até antes, o pedido do promotor, do delegado de informações, do que propriamente o processo, a autuação lavrada. Era um procedimento rígido, sem prazo determinado para finalização dessas autuações, e havia essa necessidade de diálogo com autuado que até então não existia.

E para os senhores terem uma ideia entre 2008 e 2012 de 65000 autos que foram lavrados no Estado, nós só conseguimos finalizar 10000 processos, 55 000 não solucionados, e essa não solução indicava também uma baixa recuperação de dano ambiental, apenas 15% (quinze por cento) desses processos tinham efetivamente o dano reparado, multas não pagas, que é a situação que vocês estão colocando, isso gerava uma impunidade, descrédito no próprio sistema, fora a morosidade, o entrave ao autuado, que muitas vezes queria utilizar uma determinada área, a legislação permitia, mas por esse atraso, por essas travas no sistema, não conseguia resolver. E isso também cominava em entraves na resolução de processos penais e cíveis, quer dizer, hoje os processos ambientais, na maior parte dos casos eles decorrem de uma atuação que a polícia ambiental realizou, que é feita a comunicação do crime, que é feita a comunicação no âmbito civil, mas se a gente também não resolve auto, isso atravança esses processos judiciais, então diante dessa situação, em 2014 o Governo do Estado comprou essa ideia, até para fortalecer isso. Nós levamos ao Governador, que ditou um Decreto Estadual para regulamentar essa questão, instituir esse programa, uma resolução que trata as infrações administrativas, cada uma desses artigos, e uma resolução que também trazia a instituição do programa em si, de como seria feito o gerenciamento dele.

Através desses cinco princípios, de serenidade, transparência, economicidade, conciliação e reeducação do infrator, e nós iniciamos com uma meta de resolver 60% (sessenta por cento) dos casos, já nesse momento do atendimento ambiental.

Foi criado um comitê gestor tanto por aquela última resolução de 2014, quanto também por uma portaria da coordenadoria de fiscalização ambiental, atualmente nós temos trinta e seis pontos espalhados pelo estado, e trezentos e cinquenta agentes de conciliação ambiental, são ou policiais ambientais, de sargento a policiais, assim como Técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

E as inovações que esse Decreto trouxe, foi a implantação do processo 100% (cem por cento) digital, até então, se usava o formulário do auto, com papel-carbono, aquela coisa que você não conseguia distinguir a letra do agente autuante, toda aquela dificuldade.

E a integração do sistema da polícia ambiental, que muitas vezes é um sistema próprio, que não foi desativado, por que ele trás informações do âmbito criminal, por exemplo, uma apreensão de drogas, a prisão de um cidadão procurado pela justiça, integrou com o sistema da secretaria.

O agendamento, o policial lavrou o auto, ele já agenda, naquele momento, a data e o horário dessa audiência de conciliação, informando local, que é ponto mais próximo de

onde reside o infrator, o atendimento ambiental, propriamente dito, que é realizado dessa forma conjunta, e tenta se fazer a composição com o autuado, a gente vai entrar nesses detalhes, e a questão da defesa, que é um ponto importante, que vocês vão ter que ter uma definição, quem é que julgará caso o cidadão não concorde com a autuação, quem julgará essa contestação dele. No nosso caso seria o Diretor Regional da Coordenadoria, e caso ele não concorde com essa decisão ele pode recorrer em segunda instância, tem uma comissão em São Paulo tanto com membros da Polícia Ambiental, quanto técnicos da secretaria que analisarão e julgarão o caso deles. Ele ainda tem com instância recursal, seria uma terceira instância, dependendo do valor de multas, se forem multas muito altas, acima de cem mil reais, ele pode recorrer ao CONSEMA, poderia até se prever algo do tipo, aqui para o COMDEMA.

E uma coisa que resolveu muito também, é uma questão de trinta e dois milhões é impagável, mas as vezes mil reais para o infrator era impagável, ele até queria pagar, será que daria para parcelar isso? E até então a gente não tinha essa possibilidade. Então se ele decide resolver o problema no atendimento, ele tem o direito a parcelar em até doze vezes, hoje a gente está com proposta de aumentar o prazo de parcelamento, em até vinte e quatro vezes, e vou mostrar mais a frente a efetividade disso, que se mostrou muito alta, e caso ele não concorde ele pode pagar em até seis vezes, após o atendimento ambiental. Esses são os exemplos do auto de infração eletrônico, que foi desenvolvido em conjunto com a fábrica de software da secretaria e o centro de processamento de dados da polícia ambiental, foram adquiridos tablets, foi feito todo um programa específico para isso. E ele traz informações muito valiosas, que até então, não se tinha de uma maneira adequada, como por exemplo, um roteiro de acesso, o croqui da área autuada, o policial ele percorre essa área com o tablet, ele vai emitindo sinais, e vai demarcando o ponto exato onde foi autuado, porque muitas vezes o agente vai em campo e tira uma única coordenada, e quando você vai retornar nessa área, depois de meses ou anos para verificar o cumprimento de termo, muitas vezes você não localiza essa área, então isso facilita bastante. A questão de caracterização de meio físico, caracterização de meio biótico, quais espécies que foram atingidas, a polícia e os técnicos tem todo um treinamento para identificar espécies e vegetais, um relatório fotográfico, que quando o cidadão chega para o atendimento, fala que não cortou nada, mas você tem uma prova material que fortalece essa autuação, o correto enquadramento da infração, a questão de apreensões de animais, para onde foram destinados, apreensões de maquinários, com toda a especificação da máquina, e a polícia que tem uma expertise de mais de cinquenta anos, ela tem um guia de procedimentos operacionais, que é um calhamaço, que de artigo para artigo, tem sua conceituação, tem sua definição, como é que o policial deve agir, porque isso traz uma uniformidade que permite que não haja erros grosseiros, que haja realmente sua efetividade, e com base nesse exemplo da polícia, a gente criou um guia de procedimentos administrativos da fiscalização, que é um pós autuação, que é o GPO, utilizado até o momento da lavratura. Lavrou, qual o procedimento que a FMA vai adotar para resolver, para finalizar esse processo, então são documentos importantes que evitam, pode passar, pode mudar a gestão, mas o procedimento está muito bem delimitado.

De início, a gente utilizava para o agendamento, a Agenda do Google, porque até então não tínhamos um documento que permitisse esse agendamento da data da audiência, serviu, foi muito bom, mas não trazia, as vezes, a segurança necessária, para que alguém, dentro do próprio sistema, mexesse, alterasse a data de atendimento, então foi criado dentro do nosso sistema uma agenda própria, que o policial ambiental, que se ele tiver um sinal de internet, ele já faz no tablet, e se ele não tiver, ele se comunica pelo celular com o pelotão e pede uma data de agendamento e já coloca no sistema e dá para o infrator no momento da autuação.

Recentemente, em março do ano passado, nós fomos o primeiro órgão da secretaria a implantar e-ambiente, que é, a gente parou de ter o processo físico, a autuação era

lavrada toda digital, mas ia para uma pasta. Seguindo o exemplo do Judiciário, criamos o e-ambiente, e todo o processo agora é digital, hoje já não utilizamos mais nenhum papel para o processamento desses dados.

E falar especificamente do atendimento ambiental, qual seria os objetivos, das formas como isso se dá. Primeiramente fazemos uma análise, junto com o policial ambiental, antes do atendimento ao cidadão, nós sentamos juntos, técnico e policial, e analisa o auto, para ver quais medidas serão indicadas, qual será o papel de cada um nessa audiência de conciliação, para que não haja duvidas e discordâncias naquele momento, porque aquilo poderia impedir essa autuação. Só abrir um parêntese, que para cada unidade, cada ponto nosso, tem uma sala especifica, com computador, uma mesa, buscamos sempre que seja uma mesa redonda, para facilitar a conciliação ambiental, uma água, café, fatores simples que podem ajudar em uma resolução do caso, e tem a apresentação do caso, a abordagem ao cidadão sendo levantada as necessidades e expectativas, decisão e exposição dos itens analisados previamente, as condições necessárias para a finalização do procedimento administrativo, e a formalização do compromisso em si. Vocês podem até estranhar, porque na justiça tem a conciliação, a mediação, que seria alguém neutro, que entre duas partes, vão tentar chegar em um consenso. No nosso caso, como estamos lidando com direitos indisponíveis, poderia até se adotar, uma pessoa neutra, com formação, nomeada, mas até hoje não conseguimos fazer isso, porque o grau de conhecimento técnico do policial e do agente coordenadoria tem sido essencial para a resolução desses processos. E por lidar com esses direitos indisponíveis, tem certas coisas que não dá para se abrir mão, o pessoal tem ciência disso, agora se tentasse buscar um sistema como se faz no Judiciário, também seria possível. Então nessa apresentação, é feita o esclarecimento ao infrator do fato, o gerador da autuação, qual foi a infração cometida, quais foram as sanções aplicadas, um eventual agravamento das sanções, se ele é reincidente ou não, o cidadão também fala, o que ocorreu no dia, qual o posicionamento dele a respeito da infração, ele traz os documentos, nós já instruímos, no momento da autuação, o policial já dá um rol para ele, do que ele deve levar no dia do atendimento, declaração de residência, de escolaridade, porque tudo isso vai influenciar no processo, em seguida é feita a constatação de vicias processuais, por exemplo corrigir um polígono que não estava correto, verificar se não há nenhum ato invalido, não foi planejado, mas as vezes ocorre de se confundir, um cano da Sabesp estourado com uma nascente, e se demonstrar que era um cano, se corrige a infração. Então é apresentada as condições necessárias para a finalização do procedimento, quanto ficará a consolidação da multa, o que deverá ser feito para recuperação ou regularização dessa infração, e também as possibilidades de parcelamento. Se analisa os agravantes para consolidar essa multa, se foi em área protegida, por exemplo, na ata a multa é dobrada, se usou fogo tem um aumento de pena, também se analisa as atenuantes. Aqui de certa forma está o “pulo do gato”, porque se o infrator tem um baixo nível de instrução, ele vai ter uma porcentagem de desconto no valor da multa, se ele é réu primário, se a gravidade dos fatos foi baixa, se ele é hipossuficiente, se ele aceita se reeducar, através de uma apostila, de um video, tudo isso traz vantagens que de alguma maneira induz o cidadão a chegar a um acordo, se ele está errado mesmo, tenta resolver, vai ter esses benefícios, o arrependimento diante do termo de compromisso, ele já tem quarenta por cento de desconto do valor da multa naquele momento, independente de ele cumprir ou não, ele já sai com esse desconto, e tudo isso é um atrativo, tanto para recuperar o local, quanto para regularizar junto ao órgão responsável. E tudo isso é formalizado numa Ata de sessão de atendimento ambiental, que é toda eletrônica, preenchemos ela toda pelo sistema, temos um prazo de até dias para publica-a no Diário Oficial, se o infrator não comparece a audiência, porque ele não é obrigado a ir, de toda forma é feita a sessão de atendimento ambiental, porque é analisado tudo isso os agravantes, atenuantes, quais são as medidas recuperação, tudo isso já está documentando no processo, se o ministério nós pede alguma informação, está tudo ali. E o termo de compromisso, propriamente dito,

gerado no sistema, e incluímos alguns programas como nascentes, que é um programa de governo do Estado para converter ainda, o que se sobrou de multa em serviços ambientais, para deixar ainda mais atrativo o negocio. Já tem doze milhões de mudas plantadas, sete mil hectares em restauração, o que acontece, empresas, ONGS, vão, criam um projeto, tem todo um rol que a secretaria exige, acompanha e monitora isso, e se o cidadão quer comprar o projeto, quer converter parte da sua multa em serviços ambientais, e tem uma prateleira de projetos, ele escolhe um que se adapta, e contrata diretamente com a empresa, com o fornecedor, e é feita a conversão, tudo isso através de um termo de compromisso de recuperação ambiental.

Temos alguns dados, atualmente temos mais de oitocentos milhões em multas aptas a conversão, principalmente do setor supraenergético, e esse ano, nós estamos com a meta de restaurar trezentas e vinte hectares e converter cerca de dezesseis milhões de reais de multas em serviços ambientais. Recentemente, no dia do ambiente móvel, foi lançado o programa ninhos, que também, da mesma forma que o “nascentes”, a empresa cadastra seu projeto, mas ele tá relacionado a fauna, então se é um auto de infração de cativeiro de animal silvestre, maus-tratos e o cidadão quiser reverter parte dessa multa, ele compra um projeto, de doação de ração, construção de CETAS, tudo isso investido na própria recuperação ambiental.

Eu sei que está meio distante mais esse é o fluxo administrativo que nós temos, desde a lavratura da autuação até a finalização do processo. Quando se lava a autuação é marcado entre dez a sessenta dias o atendimento ambiental do cidadão, para que tenha essa agilidade esse processo.

Desde 2014, estamos formando os agentes por vídeos aulas, cursos de taxionomia de campo, gestão de capinador amadores, combate a caça, ao tráfico, cursos de cultura de paz e princípio da não violência, programação neolinguística, administração de conflitos, para que esses agentes tenham todos os subsídios para tentar convencer o cidadão de que é uma boa coisa ele não recorrer, tudo bem se ele não quiser, pois é um direito dele, mas as vantagens que decorrem desse acordo. Também trabalhamos com essa questão da educação ambiental porque nós queremos que esse infrator não reicida, então lançamos essas cartilhas de conduta ambiental legal que eu trouxe para vocês da prefeitura, não deu para trazer para todos, porque isso nós distribuimos mesmo, vocês podem ter acesso, na integra a ela por meio desse site. Eu vou deixar essa apresentação, e se todos puderem ter acesso. Nós temos números expressivos de pessoas que aderem a isso, porque tem esse desconto, por exemplo, em 2017, seis mil e seiscentas participantes.

Então vem a questão das multas, até o ano de 2013, a gente arrecadava, próximo de cinco milhões de reais, e desde que implantamos o programa tem crescido a arrecadação, o que não é objetivo, mas é o resultado desse esforço que tem sido feito. Número de termos firmados, aumentou expressivamente desde 2014, porque não necessariamente, toda audiência tem um termo formado, porque tem coisas que não tem um dano a reparar, por exemplo, pescou, já matou o peixe, ou caçou, já matou o animal, mesmo assim há a conciliação, só não há o termo de compromisso, porque não há o que se recuperar. E temos dentro desse grupo, instrumentos, tanto painéis analíticos, onde estão esses problemas, qual a qualificação desse problema que a gente vem encontrando, quanto o painel estatístico. Em relação ao painel estatístico, pro ano de 2017, temos uma media de setenta e seis por cento de comparecimento nas nossas sessões, de conciliação em torno de sessenta e cinco por cento, nossa meta era sessenta por cento, então atingiu isso, tanto no ano passado, quanto nos outros anos, e termos de compromissos firmados, destes que se conciliaram em torno de trinta e seis por cento. Também conseguimos definir qual tipo de infração que estamos atendendo e qual conciliou, até para saber, por exemplo, qual o problema de construção irregular, cara não tem como licenciar, se ele tiver que recuperar, vai ter que demolir a casa dele, então como podemos acatar esse problema, isso também é medido por meio do programa.

E nós conseguimos em novembro de 2015, esse programa ele foi premiado, no Premio Mario Covas, que são projetos governamentais com excelência, e ele recebeu uma premiação de inovação em políticas públicas, e realmente o que temos observado apesar de todas as dificuldades, que não é fácil, porque precisamos disponibilizar pessoas em tempo, praticamente, integral, durante o horário do expediente, só para fazer isso. Nós fazemos, por exemplo, aqui no Porto de Santos, seis atendimentos por dia, todos os dias da semana, nós temos um ponto em Peruíbe, que atendemos as segundas-feiras, um ponto em Registro seis atendimentos também, todos os dias da semana, e um ponto em Apiaí, é um volume de trabalho bastante expressivo, mas os resultados que temos obtidos, são bastante consideráveis. O pessoal dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, já nós procurou com interesse de implantar em seus estados esse projeto, e como falei, em âmbito municipal, não temos conhecimento de uma Prefeitura que tenha aderido. Hoje Legislação Ambiental, ela existe, poderia utilizar o Decreto Federal 6514, só que ela não traz esses instrumentos de forma detalhada e possível para resolver o conflito, o que a gente entende que é um caminho sem volta.

Hoje nós já estamos trabalhando para que nos casos que não haja necessidade de reparação de dano, o próprio autuado, via sistema, ele acessa e já é apresentado todas as condições para ele. Ele passa por um treinamento, por um video que explica a situação, reeduca, para que ele possa pela internet resolver seu problema, imprimir os boletos, pagar no banco, e isso sem a necessidade que tem o atendimento. Mas os casos que exige recuperação manteremos isso.

Ficarei a disposição para auxiliar no que for necessárias, e parabéns pela iniciativa de implantar isso.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Parabéns você pela exposição.

Bom gente, o objetivo é a gente formar um grupo de trabalho. Entre outras coisas, Cláudia, a Câmara ontem já anunciou isso, a gente vai tentar dar uma olhada na lei de arborização. Outra coisa que a gente está tentando mexer, João, que é bem difícil mas a gente vai começar, o Marcus está capitaneando isso pra gente, até para que possamos dar efetividade ao Plano Regional de Resíduos Sólidos, há uma orientação para que a gente mude a forma de cobrança de lixo nas cidades, que a gente tire essa questão detestada e siga o caminho de Curitiba que tá fazendo algo em relação a geração. A gente não muda isso de dia pra noite, a gente não muda isso de uma hora pra outra, mas acho que é importante a gente criar um grupo de trabalho que inicie essas discussões, que inicie essa forma da gente rejuvenescer a nossa legislação. Então eu faço aqui uma proposta, pra quem quiser participar desse grupo. Eu acho que o João pela SMA, poderia, deveria e se ele tiver condição de participar, sobretudo para que a gente possa entender isso e começar a caminhar um pouco com isso. Como envolve e a gente também tem pensado bastante nessa questão da lei de arborização, gostaria que a Cláudia pudesse participar, pois eu sei que lá trás ela foi uma guerreira nessa área, uma apaixonada, e segundo me contaram a própria Cláudia entende hoje que a gente tem que dar uma olhada, dar uma revisada, tem que dar uma atualizada na lei, então acho que essa contribuição seria muito legal. Posso colocar você aqui, Cláudia?

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

Com certeza.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Então continuando, eu queria de colocar o Marcus, que também está lá na secretaria, ele tem levantado também essa questão dos resíduos pra gente, ele tem trabalhado na área dos PGRS. Inclusive temos que ver isso, Mele. Ontem eu vi um negócio muito bacana lá em Santos, onde o Libório, que tem sido um grande Secretário, reuniu todo mundo que faz os PGRS, conversou e alinhou. A gente precisa ter um pouco mais de diálogo, não pode ser apenas uma peça fictícia, temos que trazer isso para a realidade. Continuando, alguém mais quer participar? Nós temos três.

Professor Mele – Vice-Presidente do COMDEMA

Eu queria só fazer uma pergunta, do próprio regimento. O que está se montando é um grupo de trabalho ou uma câmara técnica? Como é que vai ser?

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Não, é um grupo de trabalho, por enquanto, que vai produzir um material para fazermos uma discussão sobre isso. O que propomos aqui é um grupo de trabalho e não uma câmara técnica, que não seria necessário. Por exemplo, um vereador passou aqui antes da reunião começar e se colocou a disposição, Rafael Vitiello, disse que se quisesse colocá-lo ele também participaria, porque também é importante envolver a Câmara nisso. Então é um grupo de trabalho.

João Thiago Mele – Representante da SMA

O que eu acho muito importante, Sidnei, é a participação da equipe que trabalha com a fiscalização dentro da SEMAM e alguém também do jurídico da prefeitura que tenha uma boa interlocução com a SEMAM, por que a ideia é que isso possa se constituir num instrumento normativo.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

A ideia é que esse grupo de trabalho produza a base de projetos de lei que vão à Câmara depois para que a gente possa transformar e rejuvenescer.

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

O João colocou um ponto muito forte, por que assim, eu sempre atuei do lado de cá, primeira coisa que a gente x é o seguinte, você tem a multa administrativa em uma esfera, muitas vezes o Município tenta entrar, as vezes a Federação, as vezes o Estado, mas é uma única esfera que você paga. E é ótimo quando entra duas ou três porque tem uma complicação jurídica e você não paga pra ninguém. Isso eu posso garantir com alguma experiência do lado de cá. Então assim, quando transforma num projeto de lei a questão mais importante é ter alguém da parte jurídica, a OAB, alguma coisa assim.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

A OAB tem cadeira aqui.

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Se não você já parte atravessado. Por exemplo, no caso específico da Sabesp, só a Cetesb teria o direito a autuar a multa, a fazer a multa administrativa, porque ele é o órgão licenciador. Se a prefeitura tentasse entrar talvez em outro artigo mas não por uma questão ambiental.

João Thiago Mele – Representante da SMA

Mas a competência na verdade não afasta, ela é concorrente. Se a gente considerar o mesmo fato e a mesma tipificação, ai ok.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Não, a mesma tipificação. Se a gente utilizar a lei municipal não vale só uma não.

João Thiago Mele – Representante da SMA

É, mas por exemplo, Sidnei, nessa casa aqui. “Causar lançamento de poluidor”. Se a Cetesb autuasse pela mesma administração, ai só uma valeria. Mas eu vejo esse é um problema plenamente possível de ser equalizado, porque hoje a gente tem uma integração fortíssima com a SEMAM no âmbito estadual, inclusive até integração de sistemas.

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Que pode ser equalizado eu não tenho dúvidas. Mas é outra questão. Quando você está fazendo projetos de lei geralmente tem que ter alguém da área jurídica para não atravessar. Porque você fazer uma lei que se bate e derruba, e é fácil fazer isso, desculpa, não precisa ser o Cacaí do STF pra fazer isso, porque isso cria uma expectativa, e a Política Nacional de Meio Ambiente é arbitrária. Uma única esfera faz a sanção administrativa, está bem claro.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Aonde está claro?

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

Na Política Nacional de Meio Ambiente.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Na lei de 81?

Wanderley Feliciano – Representante da Aprocanto

É, ali ele fala que é uma única esfera que faz assessoria.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

O que eu sugiro aqui é que a gente convide a OAB pra apresentar uma pessoa pra fazer parte do grupo. Eu acho que a gente discutir interpretação jurídica aqui não é o momento adequado, até porque a gente recentemente ganhou uma ação de uma multa que

a gente aplicou no Tribunal Graneleiro, que se fez essa mesma discussão e valeu a multa municipal. Então não da pra discutir isso aqui até porque não somos juristas para interpretar normas. A gente pode convidar a OAB, se a OAB não mandar alguém...

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

A OAB tem dois representantes aqui.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Mas de qualquer maneira a gente vai pedir pra um procurador municipal acompanhar o trabalho do grupo, ok? Ta certo. Então a gente faz o grupo assim. Esse grupo não está fechado, a qualquer momento podemos agregar, como é um grupo de trabalho. O João, da Secretaria Estadual, a Cláudia Soukop, o Marcus, o Toninho, e um membro jurídico ou da OAB ou da procuradoria. E evidente que a gente vai se reunir, todo mundo tem seus afazeres, tem uma série de coisa, e a gente vai começar a dialogar isso. A gente se reúne na secretaria, eu mesmo quero participar, quero estar presente, eu quero que isso funcione e que a gente possa avançar o mais rápido possível. Pode ser assim? Aprovado?

Marcus Cavini – Bioquímico SEMAM

Esse sistema é aberto? Funciona num tablet, que tem agendamento?

João Thiago Mele – Representante da SMA

Não, é fechado. Eu uso na secretaria.

Marcus Cavini – Bioquímico SEMAM

Então, mas tem como disponibilizar pelo menos a parte do conhecimento? Porque eu acho que sem essa ferramenta não da pra começar nada.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Ele mesmo citou os decretos, as legislações que eles criaram para normatizar.

João Thiago Mele – Representante da SMA

Ele está falando do sistema. Precisaria ter alguém, não sei se vocês tem dentro da prefeitura, alguém que mexa com T.I. Porque na verdade ele é voltado pra toda essa legislação, pros órgãos, então precisaria criar um próprio, poderia copiar a mesma tecnologia e ir adaptando às peculiaridades mas é um sistema que é plenamente possível de programar.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Mas a gente tá começando primeiro pelas normas jurídicas.

Dede – Público

Rapidamente. Como representante da bacia hidrográfica eu participei recentemente do VIII Fórum Mundial da Água, foi uma experiência maravilhosa lá de uma semana discutindo com toda parte mundial o mesmo problema que nós temos, que é a água. E eu não poderia deixar somente como calendário minha ida à Brasília por esse motivo, como representante também do Guarujá e de Vicente de Carvalho. O que ocorreu, eu fiz um ofício ao legislativo, como os senhores tocaram em relação a legislação, para que seja implantado imediatamente junto aos vereadores na comissão para que se faça uma nova legislação em educação ambiental de urgência. Após esse protocolo, protocolei também ao executivo, ao prefeito porque ele também conduz de certa maneira o legislativo e ontem a tarde consegui protocolar também no Ministério Público junto ao Osmair, para que ele comande esse caminho legislativo executivo. Porque nós estamos caminhando simplesmente, nós não temos nada de educação ambiental, pois a base deveria ser nas escolas, do ensino em toda sua grade. Porque as sementes são essas crianças, os mais idosos não estão nem ai mais, estão cansados, por assim dizer, de não conseguir nesse país. Então veja bem, em cima disso tudo, amanhã passarei também ao Conselho uma aula explicativa que ocorreu lá em Brasília e desses encaminhamentos que fiz ao legislativo e ao executivo e ao Ministério Público, para que o Conselho tenha também. Vamos trazer uma biblioteca .. mundial que estará a disposição dos nove municípios da baixada santista. E meu pedido, Doutor Sidnei é que o COMDEMA, por gentileza, veja nossa documentação do incio do edital, que nos foi negado de alguma maneira, não sei o porque até hoje, a nossa participação, e isso eles reavaliaram para que a gente possa, no nosso alcance, com alguma entidade que não esteja participando. Que essa entidade que representa, que é a Liga de Esportes de Areia, que ela venha para o COMDEMA, porque ela é grande importância para o município hoje. Uma reivindicação, eu vou fazer também, por carta, por ofício, para que o Senhor possa analisar de uma outra maneira, e o COMDEMA também, ele possa pular em cima do legislativo, para que seja feita uma legislação especifica mesmo para a educação ambiental. Falo em educação ambiental como um todo, e que o COMDEMA possa reunir esforços para isso.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Nós avaliaremos sua reivindicação. Você já fez, já registrou, a gente vai ver, eu não sei o que aconteceu, na próxima reunião, nós respondemos para você. Essa questão da educação ambiental, tem várias coisas sendo feitas com a educação, mas eu acho que a Câmara Técnica de Educação Ambiental do COMDESB fez o Plano Regional de Educação Ambiental, tem alguma coisa em pauta, eu verificarei isso, e te passo.

Dede - Público

E amanhã nós temos também, se alguém quiser participar, lá em santos, a Câmara Técnica de Educação Ambiental e também temos cadeira de titular em ambas as comissões do Guarujá.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Agora é a apresentação da Aprocanto, último item.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Eu pedi vinte minutos, vou tentar fazer em vinte minutos.

A gente solicitou ao COMDEMA essa apresentação, viemos trabalhando nas questões da Praia de Pitangueiras faz dois anos, seja via Aprocanto, seja Movimento Vamos Cuidar das Pitangueiras. Hoje nós somos um grupo no Facebook, temos

aproximadamente dois mil seguidores. A Aprocanto é uma instituição juridicamente constituída que trabalha com as questões relativas aos moradores do Morro do Maluf e a Praia de Pitangueiras, e temos uma cadeira aqui. Engraçado, Pitangueiras virou música dos “Paralamas do Sucesso”, porque temos uma sereia na praia, alguns muitos querem escutar o canto de deusa e muitos tem que comer o rabo para a ceia, porque essa é nossa cidade como veremos mais para frente. E na verdade em função de algumas questões que vão ficar mais claras conforme formos fazendo a apresentação, está valendo tudo, então nós precisaríamos entender do ponto de vista socioambiental o que ocorre na praia para poder propor soluções.

A ideia é fazer esse diagnostico no sentido de apoiar, propor soluções e ver o futuro. Essa é a questão, apesar das pessoas terem posições críticas, se ficarmos apenas nisso, não avançamos. E o tema que mais trabalhamos é melhoria continua. Eu tive um Presidente que falava “se a gente melhorar uma coisa por dia, nós melhoramos trezentas e sessenta coisas, se for uma por mês, são doze coisas.” Então temos que pensar em melhorar, e as vezes temos a sensação da pioria continua. Mas a ideia aqui é essa, ter uma Pitangueiras lúdica que todos sonham, e não ter essa que infelizmente é a do dia a dia.

Acho que quando discutimos muito a questão de sustentabilidade, ela é discutida de um ponto de vista teórico, como uma coisa muito simples, que é um balanço de economia, meio ambiente e social, e o que vemos na prática, independente do que significam as cores, é extremamente desequilibrado, todas as nossas relações elas estão extremamente desequilibradas, e tem um livro, que se não fosse bom não teria ganhado um Pulitzer que se chama Colapso, do Jared Diamond, que ele mostra o seguinte, que toda a sociedade humana que se extinguiu, sempre tem um fator ambiental, e a coisa mais interessante desse livro, é que ele mostra que quanto a um mini resfriamento global, que é o ano 400, os Vikings são expulsos da Groelandia, e nesse mesmo período os esquimós crescem a população, mas a maioria dos casos é o contrario, que essa população se extinguiu, Ilha de Pascoa, Selvagens Americanos e etc, então assim, se a gente não conseguir olhar essa sustentabilidade procurando deixar os baloes balanceados iremos matar nossas “galinhas de ovos de ouro”.

Quando falamos da Praia de Pitangueiras ela é, talvez, o bem mais conhecido do Guarujá, quem viveu aqui entre as décadas de 60, 70, entende o que estou falando, aqui nasceu tudo. O Grande Hotel era aqui, quando se foi criado o Guarujá, e de Pitangueiras cresceu nossa cidade. Ela é um patrimônio imaterial, todo mundo aqui tem uma história muito forte com a cidade, onde estudei, minha primeira namorada, primeira vez que fui a praia, uma vez uma reportagem de revista que dizia, feche os olhos e veja uma praia, eu não consigo ver outra.

Material nem se fala, todos os empregos, todas as escolas, nossa sociedade está envolta disso, é o maior polo gerador do município, maioria dos comércios, das escolas, faculdade, prestação de serviços, ou seja, é o grande polo gerador de renda.

Guarujá, nós que somos daqui, entendemos que hoje, as pessoas mais pobres, mais necessitadas, de uma forma ou de outra estão linkados aqui, seja uma faxineira, seja o cara que trabalha na praia, mas está ligado com nossa praia. Eu até entendo que o polo está indo para enseada, por uma questão de espaço mesmo, mas demorará muito tempo.

E quando falamos sobre socioambiental, vamos ter que discutir muito esse assunto: renda.

Essa é uma foto de mil oitocentos e noventa pouco, era uma grande restinga. Hoje não existiria Guarujá, porque existe a resolução especifica do CONAMA que proíbe ocupação em restingas. Tudo começou de poucas ruas, de um grande hotel, para a classe AA do Brasil, ou talvez do mundo, porque o Farquhar esteve aqui, e ele na época estava entre os três homens mais ricos do mundo, foi um dos investidores do Hotel. E tudo isso nasceu, porque somos únicos, nossa natureza, nossa beleza está no nível do Rio, nível de Cape Town, é único.

Esse é meu sonho. É a praia da década de sessenta, quando íamos pescar amboré, no pocinho do Morro do Maluf, não tinha um esgoto aqui, era pouquíssimos os prédios, que eu me lembro, ou talvez eu esteja enganado, o primeiro prédio foi o Gávea. Uma praia cheia, onde se ganhava muito dinheiro por ser um município diferenciado, mas se você for ver a quantidade de pessoas que vinham aqui naquela época de turismo, talvez não fosse tão diferente, mas ainda sim tinha uma grande diferença: não tínhamos as grandes avenidas, as estradas que chegam até a cidade; então tinha um controle natural, porque era difícil chegar até aqui, eram dez horas de balsa. Eu morava em frente a Igreja e a fila chegava até a enseada. Mas essa foi uma época maravilhosa da cidade.

Pitangueiras tem algumas características, que veremos para frente, mas é um espaço totalmente ocupado. São muitos poucos os terrenos baldios que temos por aqui.

Infelizmente tudo o que é estatística no Brasil é muito ruim, porque depende de algumas políticas, então só tenho os dados de 2012. Eu até consegui dados mais atuais, só que eles eram conflitantes, ou eram de 2017 ou de 2016, então decidi parar no senso de 2012. Os economistas dizem que até retrocedemos um pouco quanto a nação, estamos mais pobres, acho que é uma sensação comum, então é válido. Hoje temos um pouco que trezentos e quarenta mil, mas naquele momento tínhamos duzentos e noventa mil habitantes, moradores efetivos de Pitangueiras seis mil e setecentos, ou seja, não temos vinte por cento da população do município no bairro. Guarujá tinha cento e trinta e sete mil domicílios, dez por cento estão no bairro de Pitangueiras. As casas que são moradas no Guarujá normalmente tem de 3.4 habitantes. Pitangueiras é um pouco menor, acho que deve ser até uma questão de padrão social, são 2.5. E esse é o primeiro grande número, que todos sabem, oitenta e três por cento dos domicílios de Pitangueiras, são domicílios de veraneio. É um bairro muito pouco ocupado, e que uma das coisas que eu vejo, como política pra cidade é trazer no futuro gente para morar em Pitangueiras, porque temos um grande centro de classe média, sem classe média.

O IPTU é o valor real do Guarujá naquele momento recebeu duzentos e quarenta e três milhões, e eu fiz uma estimativa muito simples, pois eu tenho alguns imóveis no bairro, e tirei uma média de IPTU, dos meus e da família da minha esposa, e multipliquei pelo total de domicílios. No IPTU, apesar de termos menos de dez por cento dos imóveis, a gente representa quase trinta por cento da arrecadação, isso só em IPTU.

Aqui temos a grande mentira do Guarujá: a Sabesp diz que trata oitenta e dois por cento dos municípios. Tem que ser formal. Pitangueiras tem cem por cento de tratamento de esgoto, não tem uma rua que não tenha tratamento de esgoto. Água tratada também é mais ou menos o mesmo número, não tem uma área que não tenha isso. Asfalto, o bairro é todo asfaltado, eu ainda tive o cuidado de ir nos cantinhos, e não achei uma rua sem asfalto, todas são asfaltadas e energia elétrica é cem por cento do bairro. Agora vem algumas coisas do município e a gente vai começar a entender todo esse conflito social que há na praia. A renda média do Guarujá é de 3.2 salários-mínimos se a gente olhar baixo. A gente teria no município naquele ano 26 mil domicílios subnormais, favelas, eu não sei qual termo vocês querem usar, uma população de 95 mil pessoas, ou seja, um terço da população guarujaense de acordo com o IBGE em 2012 viviam em moradias subnormais, e a gente tinha 36% da nossa população vivendo com menos de meio salário-mínimo. Ou seja, é uma cidade pobre, muito pobre mesmo. E é aí que vem o pior número, o que mais me assustou, porque eu sabia que era ruim mas não tinha essa noção exata: em educação, entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, Guarujá ocupava a posição 606. Ou seja, educação lá em baixo. Eu acho que essa é uma das áreas que os governos tem mais investido.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Você precisa saber a sua fonte, porque hoje, lendo o Plano Regional, onde se faz

esse levantamento, não era esse o número.

Wanderley – Representante da Aprocanto

IBGE, senso de 2012. Eu quis fazer tudo uniformizado, com uma única fonte, mas mesmo que fosse 400, para uma cidade rica, uma cidade inteligente, é um absurdo. E quem anda os bairros, e acredito que a maioria aqui anda, sabe que isso é verdade. Então temos que entender que existe um bairro pouquíssimo ocupado, onde não consegui extratos de renda, numa cidade extremamente pobre com todas essas mazelas sociais. Outra coisa que eu falo. “Fazer turismo no Guarujá”. A pessoa que mais me ensinou de fazer turismo no Guarujá foi o Sidnei Aranha. Da primeira vez que eu encontrei o Sidnei ele veio com uma tese do “turismo do Sol” que eu procurei e li, e eu não havia entendido isso, mas é verdade. Nós temos duas vezes a população de Portugal que tem 10 milhões de habitantes, que é um país turístico e que há muito turismo interno também. A gente vive numa região que tem 1 milhão e 800 mil habitantes e que vem pro Guarujá. Santos tem 435 mil e duvido que 400 mil não venham pro Guarujá em uma época ou momento bom. E considerando tudo isso nós somos uma cidade grande, 315 mil habitantes. O que eu quero dizer com isso é que a ocupação de praia e Sol é natural, se nós quisermos conduzir um processo nós teremos essa ocupação da praia de uma maneira mais sustentável, de uma maneira harmônica, e é um processo muito difícil, pelo menos na minha visão de educação ambiental. Eu entendo que a grande confusão do Guarujá – e eu digo isso a muito tempo, o Henrique sabe disso - é que nós temos aqui uma situação no Brasil onde as praias são um espaço dentro do município, inclusive nos municípios praianos é o principal espaço, mas que pertencia a União e gerava uma confusão: quem é o dono? Quem vai fiscalizar? E essa confusão levou ao que a gente sabe: fizeram quiosques nas praias, depois demoliram, as pessoas ocuparam o espaço, etc. Então a gente entende que em dezembro de 2017 é um grande momento para o município porque a nossa gestão assumiu a gestão das praias. Então a partir desse momento, nós, munícipes, atravessamos da nossa administração vamos gerir esse espaço. Até então era um caos. A partir de agora a gente fala de administração de praia, fala de meio ambiente e se olha pro Sidnei. Até ano passado eu não sabia se olhava pro Ibama, se olhava pra Cetesb, se olhava pro chão. Não sabia.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Mas a administração não está no meio ambiente, está no turismo.

Wanderley – Representante da Aprocanto

É, teremos que ocupar. Continuando. Primeira coisa que eu sempre bato aqui: Pitangueiras está inserida numa APA marinha estadual, e é uma APA que já tem alguns anos, eu não saberia dizer ao certo mas acredito que já tem décadas e ninguém no Guarujá parece saber disso.

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

Dez anos.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Então temos alguns pontos no Guarujá que são mais protegidos como a Ilha da Moela, a Ponta da Armação, não sei por que não a praia do Arvoredo. Mas dentro dessa APA o Guarujá tem pontos especiais. E é interessante que temos uma legislação especial

em cima dessa APA que ninguém conhece e ninguém fiscaliza. Por exemplo, eu fui caçador submarino. Eu vendi bastante peixe e a legislação diz que não se pode vender peixe de caça submarina. Mas ninguém sabe disso, e nem quais são os atributos dessa APA.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Hoje em dia é proibido caça submarina.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Pelo que eu entendi era permitido mas não pode vender.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Não, é crime.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Enfim, eu como Guarujaense sei que existe uma APA. Eu, Wanderley, assumo minha culpa e a dos meus colegas também, não sei os atributos dessa APA e nem como poderíamos potencializar isso para nós. Isso é uma das minhas propostas pro COMDEMA, chamar o Conselho Gestor dessa APA um dia para fazer uma apresentação para nós entendermos melhor. O Mele mesmo em algum momento já tinha dito “por que a gente não faz da nossa APA marinha do Guarujá?”. Vamos fazer a nossa. Hoje estamos dentro de um guarda-chuva legal e não fazemos nada. Mas como sempre começamos falando das mazelas e agora vamos falar das coisas legais. Nossa maior vergonha é o relatório da Cetesb. A Cetesb, desde 2009 eu fiz questão de ligar com a Cláudia, fui em São Paulo me reunir com ela, aqui nenhum dos membros sabe. Quando começou a sair esse resultado em 2009 a gente ficou abismado e começou a andar pela praia e cada vez que a gente andava, piorava, e pensamos “Será?”. E ai vieram pela frente 2010, 2011 e sucessivamente. Sempre os dois pontos que são auditados no Estado de São Paulo para ver a qualidade da praia. Aqui no Guarujá são dois pontos na Pitangueiras, na Enseada e Santos, Gonzaguinha, Boqueirão, etc. De todo esse universo só dá “qualidade pior”, sendo que pode ser “pior”. “regular” ou “boa”. Só tem ponto “pior” a Pitangueiras nos seus dois pontos e a Enseada. Temos que nos ater a um ponto importante, a única coisa que eles estão avaliando é coliformes fecais e enterococos. Aqui não se faz um controle da qualidade do solo. Se estivessem autuando a qualidade do solo teríamos outro problema. Para enterococos a Pitangueiras sempre é o pior ponto. Em 2016, média mensal novamente, a Pitangueiras é a pior. E é muito pior. Ai vamos ver as médias anuais, e de novo, sempre pior. E ai veio a cereja. Chegou em janeiro e o Fantástico fez uma reportagem sobre as qualidades das praias brasileiras, em quatro de fevereiro. E mais uma vez Pitangueiras é a pior. Então vejam esse cenário, a fritura, a água pluvial super poluída, uma língua negra sobre a qual vamos discutir mais pra frente, comecei a entender porque estamos recebendo “pior” sempre, e isso é uma questão ambiental. Então, primeira coisa, dos poucos lugares no Brasil que se fritam – e se a gente voltar a qualquer gráfico daqueles a gente vai ver que o pior momento é dezembro, janeiro ou fevereiro - vamos ver que o pior momento é a temporada, que é quando se fritam mais. Isso é como está a questão de alimento hoje na praia. A gente teve o cuidado de conversar com a Associação dos Carrinheiros, com os carrinheiros em si, conversei com um moço e ele disse “Mas também, a gente fica aqui na maior penúria, não tem energia, não tem água, não tem nada, a única coisa que fazem aqui é fiscalizar e ainda tem concorrente”. As outras causas: poluição difusa e esgoto clandestino, lixo, animal na praia, e é normal. Recentemente teve uma situação engraçada, onde o

cavalo saiu andando lá da enseada e a gente tava aqui na Pitangueiras, passa o cara de cavalo na Enseada e no final ele foi preso pelo fiscal da prefeitura porque alguém do grupo reclamou lá nas Astúrias. Tem um lado da educação ambiental que a gente bate mesmo e não adianta. Qualidade da água que também é triste. 2018 graças a Deus é tudo verdinho. 2017 em janeiro, quem me passou essa foto foi o Sidnei – se lembra que foi você e o Marcelo? - tem um vazamento e baixa a nossa qualidade de praia. Janeiro, alta temporada, época em que a cidade tem que bombar. Novembro a gente quase morre do coração porque nossa praia estava imprópria. Lembro que fazíamos propaganda negativa de Praia Grande, e hoje Praia Grande tem essa situação resolvida, e a gente trouxe ela pra nós, porque? Primeira coisa, Sidnei você sabe minha posição, eu sei a sua, a Sabesp é um cancro nessa cidade. O histórico dela com a gente é ruim, ela forneceu água ruim. Agora, chega janeiro de 2017, a praia lotada literalmente jogar merda na areia, porque aqui nem passou pelo primário. Aqui é o seguinte, é a elevatória que tem no canto do Maluf, que essa elevatória vive extravasando, eles tem um “ladrãozinho” ali, esse mesmo local, é onde tem, aquela foto, onde falei que temos nosso sonho, onde a gente pescava os ambores. Chega trinta e um de dezembro, só estoura uma tubulação de um metro e trinta, na entrada da cidade, ou seja, parece que o compromisso deles conosco é zero, e isso atrapalha. Eu sei que existe um Plano de Saneamento, mas eu como cidadão, não sei o que poderia fazer na Sabesp.

Poluição difusa pelo canal, isso ocorreu no dia vinte e cinco de março, na nossa caminhada. Só para vocês verem, os carrinheiros me ligaram uma quatro, cinco vezes para ligar para a Secretaria, por causa dessa poluição. Os carrinheiros estão reclamando que a poluição difusa está atrapalhando eles. Esse é o canal da Leomil, em frente a Escola Raquel. Esse canal quando foi coberto já estava assoreado, e está a quarenta anos coberto assim. Desde o primeiro dia conversamos que precisava limpar o canal, alegavam que não tinha estrutura, compraram quatro caminhões limpa-fossa, limparam os bairros todos, aqui continua suja. Sônia, por favor, fale sobre sua consulta hoje.

Sônia – Público

Eu fiz uma consulta à Prefeitura e me falaram que era para ligar em número. Que era muito importante minha colocação como moradora, mas que era para eu fazer uma ligação e abrir um chamado para eles verem se era possível vir atender.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Dulce, o que eles falaram que você não poderia mais fazer chamado porque você era da ouvidoria?! Proibiram a Dulce de fazer chamado.

Dulce - Público

Eu sou a campeã de chamados. Liguei para reclamar, porque tenho um chamado deles de outubro, sem solução, e muitos deles as respostas são subjetivas, sem nada efetivo. E comecei a tentar abrir ocorrência no Portal da Transparência, que está com problema. E quando eu liguei para resolver o problema de acesso da Transparência, acabou que foi direcionado para o Marcelo, e ele falou que não continuaria.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Vamos ter uma ação de limpar esse canal, temos os caminhões limpa-fossa, tem tudo. É um metro de lama.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Eu estou aqui ouvindo tudo. Sou todo ouvido.

Wanderley – Representante da Aprocanto

E eu como a pessoa que está falando a frente, estou mais uma vez pedindo, pelo menos em nome do movimento “Vamos cuidar da Pitangueiras” e da Aprocanto, vamos limpar esse canal, são dois anos que estamos pedindo isso, e ainda temos essas respostas.

Agora vem a pior coisa, e a principal, comércio na areia. Temos os ambulantes autorizados, tenho amigos, que conheço há mais de trinta anos, vivem da praia, e eu dou o maior apoio, e tem os clandestinos, que ai vale tudo, vende mãe, vende o que você quiser. Então eu pergunto, quem ganha? O que o município, hoje, ganha com a praia tomada pelo ambulante ilegal, que para minha conta para cada legal tem um clandestino, eu posso estar enganado.

Entendemos que o comércio da areia é a principal fonte de renda para a população que ali vive, e ela tem que ser ajudada, tem que ser apoiada, mas não podemos esquecer algumas coisas, até da população que está legal, informalidade, não atendem regras trabalhistas, um emprego de um, dois meses, e até por uma questão de como a Lei é feita, ninguém ali é licenciado. Gera um lixo que não é brincadeira.

Risco sanitário, conversamos com os bombeiros, e eles falaram o seguinte, que hoje a principal causa de afogamento é congestão e depois por bebida alcoólica. Incomodo. Baixa qualidade do produto e concorrência desleal, principalmente pela parte dos não-legalizados com nossos comerciantes que estão legalizados.

Eu fiz um calculo que temos 1.7 KM (um ponto sete quilômetros), em media 80 M (oitenta metros) de área de praia. Cheguei numa área da areia de pitangueiras de 136 000 m² (cento e trinta e seis mil metros quadrados). Naquela praia lotada 1.6 pessoas/m² (um ponto seis pessoas por metro quadrado), não é nenhum absurdo. Se você multiplicar pessoa por metro quadrado pela área, chegamos a uma população de um pouco mais de 200 000 (duzentas mil) pessoas na praia, imaginado que cada pessoa gaste em média vinte reais, chega em um bom dia na praia em 4 300 000 (quatro milhões e trezentos mil). Agora sempre que tem uma pessoa na praia tem outra em casa, se eu juntar essas pessoas e ela gastar cinquenta reais no município chegamos a um potencial de consumo de 17 000 000 (dezesete milhões), estou falando só da pitangueiras, gera para o município um potencial de 20 000 000 (vinte milhões) de reais. E te pergunta, desse valor, quanto que fica de imposta para a cidade? Quanto que a cidade gasta para manter a praia limpa, manter a segurança, manter tudo? Então é um dinheiro muito grande, mas da forma como é feito hoje, tem um grande custo para a cidade, teríamos que avaliar e potencializar isso. Ambulante autorizado, é um cara trabalhador, que está ali com a família. Conversando com a Associação dos Carrinheiros, eles nos disseram que 121 (cento e vinte e um) carrinheiros no Guarujá, na minha conta é mais, porque se temos 1 700 m² (mil e setecentos metros quadrados), se concentrar, você vai ver que tem mais, porque o vendedor de milho é autorizado, vendedor de sorvete é autorizado.

Sônia – Público

Mas durante a temporada, em Janeiro, aparece uns a mais.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Wanderley, você já falou por meia hora.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Eles falam que 80% (oitenta por cento) da receita deles, o que ganha é a fritura. Todo mundo tem um paradigma que tem que fritar. A fritura é uma prática tão grande que põe em risco até a Bandeira Azul. Acho que nesse momento deveríamos ter um grande compromisso, turismo, de como fazer essa pessoa ter renda na praia de outra forma que não seja fritando.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Wanderley, ninguém como sanduíche natural na praia, o cara quer comer peixe com uma cerveja, isso é turismo.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Mas é o turista que vê. Porque aquele turista que estava lá atrás, comia ostra.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Então você não está querendo agregar a economia.

Dulce – Público

O turista de Salvador não come isso, porque não tem isso em Salvador.

Antonio Lopes – Secretário Executivo do COMDEMA

Come sim, porque eu conheço Salvador.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Não se frita mais na praia em Salvador. Em Santos não pode ter gás na praia. Informalidade, isso é dos próprios carrinheiros, vem de 100 a 200 (cem a duzentos) ônibus só para vender queijinho. Africano você nem imagina. Um único carrinheiros do Brás, trouxe dez carrinhos de roupas para vender na praia sem ter a licença da prefeitura, e vende de tudo, bebida, alimento, mãe, mulher, o que você quiser. Esse foi um caso legal, apareceu esses ambulantes, passaram a noite, dormiram, fizeram suas necessidades por aqui e de manhã fizeram a pracinha deles, nós reclamamos, na mesma hora foi a fiscalização e acabou com a baderna, ou seja, até isso é possível, a fiscalização ajudar, e a gente se coordenar melhor. Concorrência desleal, tem que coibir o ambulante ilegal, eu entendo que é basicamente de poder público, mas também tem muita consciência do consumidor, e voltamos para a educação.

Lixo, a questão não é a Prefeitura limpar, isso é com o usuário, o usuário é porco. Então temos que fazer uma ação para esse cara, e falta educação ambiental.

O pessoal reclama que não tem lixeira na areia, até um tempo atrás, quando os condomínios colocavam nos prédios, e mudou e não tem mais. A questão do microlixo, que eu sei que a Prefeitura está atacando, hoje é um problema, resto de alimento, as pessoas comem e jogam no chão em vez de em uma lixeira. Fritura nem se fala, porque todos acham, que é o cara jogar o óleo no chão, não, quem frita em casa sabe, suja o teto, aquilo gera aerossol.

E banheiro é outra coisa que não tem, se for no início da manhã na praia, ela é fétida.

Microlixo, o que poderia ser feito... Essa foi uma campanha que foi feita em Santa Catarina. Esse é pior caso, de uma menina brincando na areia, foi em Santos, pisou em uma seringa de droga no pé, não foi aqui, mas é um caso real que pode acontecer. Calçadão, para mim ele tá para a praia no mesmo nível, e ele está em um estado deplorável, fizeram essa reforma, fizeram essas aberturas de ruas, tínhamos uma expectativa de ciclovia e não foi feito, as pedras portuguesas ninguém sabe falar onde está, porque poderíamos utilizar para fazer a reforma, o que temos que entender, que fora da temporada a nossa população é de idoso. E podem ocorrer quedas desses cidadãos. Em uma determinada área os prédios se uniram e arrumaram as escadarias.

Essas barracas, chegamos de manhã, e a praia está cheia de barraca com som, tem que ser coibido, é um incomodo, é uma questão ambiental. Cachorro não pode ir a praia.

Essa é uma questão da nação como um todo, foi tomado por essas pessoas, eu sei que eles tem direito de ir e vir, mas temos que ter noção, que causa um incomodo, causa assaltos. Hoje na Santo Amaro de manha cedo, você já não consegue mais sair com o cachorro, porque os cachorros deles atacam os nossos, e estão ai, e não sei como fazer.

Esse turista que vem, põe um guarda-sol, faz um churrasquinho e coloca um rádio, não pode isso, e é engraçado que muitas vezes você vai falar com ele, e dizem que não sabia que não podia, ou se não quer sair no tapa com a gente, já aconteceu de recolherem quando falamos a multa.

Sinalização, entendemos que hoje não tem sinalização, e nessas aberturas de ruas, onde está a faixa? E toda a praia está assim.

Iluminação, teve agora o novo projeto, até que enfim saiu a verba, vai ser refeito, mas isso foi uma coisa critica esse ano que passou.

Segurança, acho que foi o ponto menos critico, estou falando em meu nome, porque durante a temporada da um show de policiamento, a questão é que é muito complicado mesmo. Fora da temporada já não recomendo, então teríamos que dar uma pensada melhor.

Agora vem a parte legal, a sociedade guarujaense acordou, hoje, as pessoas querem cuidar de Pitangueiras, fizemos esse movimento no dia da caminhada, uns falam em 600 (seiscentos), outros em 1000 (um mil) pessoa, eu não me importo, a maioria das pessoas aqui estavam presentes. O que importa é que queremos cuidar de Pitangueiras.

Agenda 21, alguns de nós aqui também faz parte da Agenda 21, tem coisas super legais, e minha questão é como coordenaremos e trazer, porque a maioria das questões apresentadas aqui de alguma forma é abordado lá para trazer uma solução.

Esse abaixo-assinado, entregarei uma copia para o COMDEMA, ele tem 1850 (mil oitocentos e cinquenta) assinaturas, uma copia dele foi entregue ao executivo, outra a presidência da câmara, e na mesma época queríamos entregar para o COMDEMA, mas não tivemos reunião, e estamos entregando hoje. A sociedade Guarujaense, todo mundo falando, cuide de Pitangueiras, aqui é basicamente a Lei do código de posturas.

Verão do Clima, uma campanha bacana, e a gente tinha de alguma forma antecipar para programar melhor o que fazer.

O Rui, da Escola Americana, fez uma campanha, não sei qual o nome, e catou as latinhas, e não sobrou uma. Anjos do Meio Ambiente, o nome. Só que mais uma vez, nós temos o verão, e temos essas ações, mas elas não estão coordenadas, tá faltando uma coordenação.

Sai do Guarujá, e agora já é quase mundial, a criança se perdeu, começa a bater palma, as pessoas se conscientizam, é muito legal, quando se mostra a taxa de quando se consegue reencontrar as crianças e o tempo, as mães ficam menos desesperadas.

Vamos plantar nossas Pitangueiras, seu Laerte sabe, planta na cidade toda. E agora ele está querendo georreferenciar todas as Pitangueiras do Guarujá, espero que ele consiga. Pracinha Mario Silva no final da Leomil, ninguém sabe, mas a senhora foi lá, tomou conta, foi arrumando, a Praça é Nossa, tem a feirinha de sexta-feira, espaço publico, não tem

assalto, não tem nada, e foi a sociedade civil, depois veio o Estado atrás, uma proposta é replicar isso aqui.

Agora a parte publica, talvez uma das melhores reportagens que teve, é a verba do Dati, onde temos quatro milhões e meio para Pitangueiras, sentiremos logo o primeiro efeito, que é a questão da iluminação, placas, e acessibilidade. O Governo do Estado e a Administração viu também e ela está se propondo a vir junto, infelizmente tivemos essa questão dos conselhos, e ficou afastado.

O que eu coloco como Movimento, com a Aprocanto, que gostaríamos muito de ver a administração disso.

O Fundo Municipal de Meio Ambiente, acho que pegaríamos um pouco dessa verba, em um grande programa de educação ambiental das praias, que fosse continuo, eu sei que como tudo, administrar a fala é o mínimo do recurso, maximizar e pensar, porque precisamos de um Programa de Educação Ambiental permanente, precisamos falar com todos, que tem muito na Agenda 21, e ver como um pouco desse recurso poderíamos direcionar para esse programa.

A questão do Lixo, que sou o maior defensor, parabéns pelo que está sendo feito. Que é o pessoal do IPT, temos essa situação escrucara, que o Aterro da Neve, tem uma vida até determinado momento, acho que eles vão virar até 2020 (dois mil e vinte), e acho que a solução está sendo feita. A grande discussão é procurarmos soluções. Quando fui para a Europa estudar lixo, a pior coisa que tem é reciclagem em áreas horizontais. O que Pitangueiras é?! Uma área horizontal, onde carro não anda na temporada, único caminho é a PEV (Ponto de entrega voluntário) via educação. O que poderíamos fazer também é trazer o PEV para a Pitangueiras, procuramos uma área, ajudamos, pode me colocar em frente a isso.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Vai ter em frente ao Joia.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Traz mais pra frente, te arranjo um lugar, ali pelo Don Domênico. Os supermercados deveriam ser obrigados a ter PEV, no mundo todo é assim.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Vai ter uma reunião com eles e com a Associação Comercial.

Wanderley – Representante da Aprocanto

No mundo todo é assim, supermercados. O poluidor pagador, como ele está na cadeia, ele tem uma responsabilidade, no mínimo PEV. E pode contar com a gente, estamos querendo atuar aqui, tem se discutido muito, como iremos melhor essa reciclagem, e também entendendo que se recicla, o que se pode o que não pode, mas está num caminho também.

Plano Municipal de Saneamento, aqui é onde coloco mais esperança, que a longo prazo, resolvermos Pitangueiras. E infelizmente da forma como aconteceu, viemos acompanhando até determinado momento e perdemos. Não se pode ter lançamento pluvial em praia, está lá no Bandeira Azul. Tecnicamente é uma questão de engenharia, uma empresa vai cotar esse negocio, não se pode ter lançamento de água pluvial. Não se pode ter uma empresa de Saneamento, que no dia cinco de janeiro, joga esgoto na praia. Não pode, isso é inconcebível, mas estamos fazendo isso a trinta anos, não é de agora, pelo menos agora estamos podendo reclamar, e estamos organizados. Água conseguimos

resolver também, depois de uma grande batalha, hoje temos água tratada. Tratamento Sanitário, que é uma vergonha também.

O Plano Municipal de Turismo, o que ficamos muito contentes de ver que está sendo discutido esse Plano. Entendemos que esse Plano ele foi feito dessa forma, talvez por causa do tempo para conseguir a verba e tudo. E o Plano de Turismo, tem uma era muito grande. As questões das praias, é ambiental, é qualidade da água, qualidade da areia, é a questão socioambiental, e só trazemos turista para a cidade porque temos praia, isso é política pública. E achamos que o Plano veio em boa hora, Guarujá é único, tem sambaqui, o homem mais antigo do Estado de São Paulo foi achado em terras Guarujaense, esquecemos que a principal batalha de da Revolução de 32, que foi decisiva, onde os paulistas perderam, ocorreu no Guarujá, porque eles encheram de couraçada o Porto, não entrava nenhuma arma, não entrava nenhum alimento. Nós temos uma história fantástica.

A revisão do Plano Diretor, é outra questão muito grande, quando eles estavam falando sobre a Serra do Santo Amaro, hoje essa parte é uma APA, mas se vocês olharem a Ilha de Santo Amaro é cortada ao meio por uma Serra, e essa Serra é a central que é a APA que eles estão falando.

Vem uma série de proposituras, e algumas eu queria salientar, nós do Movimento e da Aprocanto, somos contra a fritura na praia, e vamos brigar para que essas pratica não seja feita. Queremos que cesse e impeça a fritura de alimentos na praia. Achamos que esse código de posturas que foi colocado aqui precisa ser revisado, atualizado, não adianta um código de posturas estar de três a quatro cadeiras, a gente muda pra trinta, e o cara coloca cem e ninguém vê.

A questão de fiscalização, que entendemos que está sendo discutido, que é algo dentro da Guarda Municipal, que seja Guarda da Praia, porque o usuário da praia é agressivo.

E mais uma vez, limpar as galerias pluviais, tem um metro de barro.

E qual é a alternativa a fritura, e acho que essa alternativa não vai sair de nenhum desses órgãos, vai ser de qualquer um, que vai vender passarinho e vai ficar rico. Mas hoje temos que ter solução, não adianta só tirar a fritura, vou criar um programa de renda, um programa político, não vai fritar mas tem outra forma melhor.

E é isso. E Sidnei, por favor, conta com a gente como apoio, não somos contra ninguém, queremos participar e ser ouvido.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Wanderley, parabéns pela apresentação. Eu vou fazê-la num procedimento administrativo, vou da ciência a todas as secretarias, levar a reivindicação de vocês. O COMDEMA é um órgão, absolutamente sério, nós temos que levar essas reivindicações.

Na verdade tem coisas que em outro momento podemos conversar porque já está adiantado, tem coisas que já estamos enfrentando, coisas que demorarão um pouco mais, mas uma coisa é certa, estamos abertos para dialogar, não só com o pessoal da Aprocanto, mas com todos os movimentos da cidade, estamos sempre de portas abertas, e acho quiçá que outras praias terem movimentos como o de vocês, creio que isso apenas acrescentaria. Vou pegar no pé do Hassim, e agora temos que encerrar a reunião. Parabéns pela apresentação. Alguém tem alguma outra questão?

Eu agradeço a todos, na próxima reunião já temos duas pautas colocadas, que é a questão da cava e a questão do Plano Municipal.

Claudia Soukup – Representante da AEAG

Sidnei, eu sugiro que na próxima reunião fique só nós dois assuntos, para termos mais tempo para discutir a questão.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Pode ser, até porque serão duas apresentações bastantes longas.

Wanderley – Representante da Aprocanto

Eu adentro, por exemplo, hoje o Plano de Saneamento está travado em uma situação, se destravar, talvez trazer essas questões que estão acontecendo mais agora para discussão, mas isso é um discernimento do Sidnei e do Antonio.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Pode ser. Podemos começar a tarde, o que vocês acham?

Professor Mele – Vice-Presidente do COMDEMA

Houve uma deliberação, um pedido, para começar mais cedo, e se ajustou que a primeira chamada seria seis horas, e no início seis e meia.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Obrigado pela presença e boa noite a todos.